

Guimarães
6 de Julho 2013

Conferência “**As cidades 2020**”, organizada pela Fundação Cidade de Guimarães

Que pode a educação fazer pela cidade e a cidade pela educação?

Joaquim Azevedo¹

Agradeço o convite que o Carlos Martins me fez para partilhar o meu pensamento neste painel sobre “Cultura, Conhecimento e Educação” e cumprimento cordialmente os meus colegas de mesa.

Dado o constrangimento de tempo, vou focar a minha intervenção num ponto: o que pode a educação fazer pela Cidade e o que pode a Cidade fazer pela educação? (tomo aqui cidade como metáfora de sociedade e comunidade; sobre o conceito de comunidade, uso-o numa perspetiva larga de *comunitas*, o equivalente de sociedade e não como algo relativo a um grupo social fechado).

1. A educação escolar é, antes de mais, uma instituição de humanização, porque, através da personalização de percursos educativos de qualidade para cada um e para todos, promove o des-envolvimento de cada pessoa.

A pessoa humana, cada pessoa, está no centro de toda a atividade educativa: em cada aluno, em cada profissional, em cada idoso com que deparamos mora sempre uma pessoa única, com uma dignidade inalienável e inviolável, que está acima e antes de qualquer enquadramento institucional ou função social. A educação é essa “arte” de promover o desenvolvimento humano de cada pessoa, que nasce incompleta e só se des-envolve verdadeiramente na medida em que dá lugar ao outro e este o des-oculta solidariamente e convoca a desabrochar a humanidade indizível que o habita. Por isso, a aprendizagem escolar e social não se traduz apenas em percursos de socialização e de profissionalização para o exercício de uma cidadania responsável, traduzem-se antes e acima disso em **percursos de personalização**, construídos no encontro, itinerários de irrupção de cada um no confronto livre com os outros, em dinâmicas sociais de interdependência, de cooperação, de respeito e de liberdade.

Os “alunos”, todas as pessoas que aprendem, desde crianças até às idades mais avançadas, não são peças da máquina educacional, estatal ou privada, sujeitas às regras da competição e objetos de mercado e sujeitos de consumo, são seres humanos únicos que devem merecer o maior acolhimento e a melhor hospitalidade, no respeito pela sua singularidade e segundo dinâmicas singulares de personalização e de sociabilidade, pois, em termos educativos, como aqui os esboçamos, quando chegamos ao encontro com o outro, a sua interioridade já se expandiu em constelações que são maravilhosas fontes de aprendizagem para nós, em especial para todos os pedagogos, promotores do desenvolvimento humano.

As cidades 2020 precisam de muito mais humanidade, no meio de tanto consumo (incluindo até o consumo escolar), e de tanto frenesim mecânico e tecnocêntrico. Se há instituição social através da qual as cidades do futuro

¹ Professor catedrático da Universidade Católica Portuguesa/Porto.

podem contrariar as atuais e fortes tendências fragmentárias da sociedade, as tendências para a redução do ser humano a um robô inteligente, bem alinhado e sempre politicamente correto, essa instituição é a escola: a instituição social que detém o nosso tempo, instituição de travagem, templo da lentidão, lugar de reflexão e de silêncio, espaço de confronto com o bem, a verdade e o belo, espaços de distanciamento crítico e de criação, instituição especialmente capacitada para dar mais “espaço” e mais “público” ao espaço público.

2. A educação escolar dá à sociedade uma base de conhecimento e uma base cultural comum, que se materializam em seis anos de educação pré-escolar, doze anos de escolaridade obrigatória e taxas elevadas de frequência e graduação com o nível superior de estudos.

E isto é dar muito. Como me diz um empresário aqui do Norte: “quando herdei a empresa do meu pai, só tinha um ou outro trabalhador que não era analfabeto, um ou outro tinha a 4ª classe; hoje, e nada fiz para isso, a minha empresa só tem pessoas com o mínimo do 12º ano! Nada fiz por isso... não é bem assim, paguei sempre os impostos devidos!”. Ora, é esta base que faz toda a diferença numa sociedade, seja para o seu bem estar seja para o seu desenvolvimento. Os últimos 40 anos, de sucessivo investimento na educação escolar, trouxeram a Portugal uma nova e fundamental base de conhecimento e cultura.

As cidades 2020 serão, mais do que hoje, cidades dominadas por transbordantes torrentes de informação, em que a urgência do conhecimento será maior do que nunca e em que este conhecimento estará, também como nunca, ao alcance de largas maiorias, em ambientes formais e informais, tornando a aquisição de competências uma possibilidade amplamente aberta nas sociedades. E este conhecimento aberto e acessível, que será um bem produtor de bens maiores, está a mudar e mudará ainda mais o modo dos cidadãos participarem nas suas cidades. A competência e o acesso ao conhecimento (e não apenas à informação) percorrem agora novos tempos e seguem novos modos. Quem não perceber esta profunda mudança política, ocorrida numa geração, deixará os dias escoarem por entre os dedos, ainda que muito grite ou muito se esforce.

3. A educação, ao dar esta base cultural comum e ao facultar a aquisição de amplas competências pessoais, promove a transmissão e a aquisição de uma herança cultural comum, favorecendo assim um dos instrumentos nucleares para a integração social de todos os cidadãos. Hoje, a democracia portuguesa e a sua lenta mas crescente solidificação muito devem à sua educação escolar; a igualdade de oportunidades que se gerou, apesar da persistência de grandes desigualdades, ainda lhe deve mais.

As limitações são ainda muitas: muitos dos que entram na escola desfavorecidos socioculturalmente, saem dela de igual modo, sem qualificações escolares e sem formação profissional inicial de qualidade e com a desigualdade escolarmente certificada.

Muitos estudantes ainda ficam pelo caminho, a maioria são crianças e jovens oriundos de meios desfavorecidos, revelando aquilo que constitui um dos principais dramas da nossa democracia: há perto de 30% dos portugueses que não somos capazes de motivar para uma aprendizagem e para uma qualificação de qualidade. E isto constitui um dos principais entraves a um Portugal mais justo para todos e mais livre.

Sem o forte investimento na educação dos últimos 40 anos, seríamos hoje, além de um país pobre, um pobre país. E é porque se realizou esse investimento e se geraram novas gerações mais qualificadas (apesar da atual emigração forçada), que tenho muita esperança num futuro melhor.

As cidades 2020, em Portugal, terão de proporcionar ainda mais oportunidades para a igualdade de direitos e de deveres, nenhuma criança ou jovem devem ficar para trás, sem uma educação escolar e uma qualificação inicial de qualidade.

As cidades 2020 têm de ser democracias onde a representação dê mais lugar à participação e onde a participação dê mais lugar à deliberação e à decisão, com uma base local e uma expressão global. Há mais conhecimento, mais liberdade, mais capacidade de participação social, mais mobilidade nacional e internacional, mas se não há também mais espaço público, se não há igualmente novos e tempos e modos de ser pessoa e exercer a cidadania, refazendo as democracias, então estas vão implodir sem aviso prévio e aparentemente sem nexos. Vivemos realmente tempos novos, mas não basta dizê-lo, é preciso retirarmos daí as devidas consequências para a polis (os orçamentos participativos, por exemplo, constituem um começo, mas muitos outros trilhos têm de ser percorridos).

4. A educação dá ainda à sociedade a preparação dos cidadãos para a atividade profissional, seja pelo desenvolvimento pessoal que proporciona, seja pela base cultural comum que promove, seja ainda pela qualificação profissional que faculta, seja no ensino secundário seja no nível superior.

Este é um bem inestimável e de um valor gigantesco para toda a comunidade humana. É verdade que esta capacidade de qualificação apresenta defeitos vários, mas esse é um custo de um processo de qualificação profissional que, entre nós, foi muito rápido e que é ainda muito impessoal e mecânico, em tantos contextos locais de educação e formação.

As cidades 2020 têm de ter a qualificação profissional, tanto inicial como contínua, ao alcance de todos, em percursos devidamente conhecidos e acessíveis a cada um. Desta versatilidade e acessibilidade, presencial e virtual, da criação do que designo por “casas de aprendizagem e conhecimento”, abertas em toda a cidade, que passam pelas escolas e vão para além delas, depende em larga medida a capacidade para se disputarem os empregos, para se criarem novas oportunidades de trabalho, para os cidadãos se realizarem pessoalmente. Continuar a apostar tudo nas soluções “escolares” e formais do passado vai ser pouco, muito pouco, dadas as exigências de uma sociedade livre e de cidadãos bastante escolarizados e dados também os efeitos das enormes debilidades desta escolarização.

E o que dá a sociedade, no horizonte 2020, à educação?

5. A sociedade (ou a cidade) dá o seu compromisso social e político com a indispensável transmissão da herança cultural do passado, devidamente sedimentada, desde logo elegendo essa transmissão como uma prioridade política da *polis* e, por isso, pagando um sistema público (estatal e privado) que providencie serviços de educação e formação para todos e acessíveis a cada um, segundo as suas necessidades e não segundo os seus recursos financeiros ou segundo o seu estatuto sociocultural.

Os responsáveis políticos, geralmente, conhecem e avaliam pouco e mal a realidade, e fazem-no geralmente numa atitude narcísica e de auto-proclamação, na defesa de interesses particulares. O que se passa com a educação é disso uma boa prova. Dou um exemplo bem conhecido: há 25 anos que foi lançado o ensino profissional em larga escala, em Portugal, para a população escolar após o 9º ano de ensino básico. Em 1988 haveria uns 5% dos jovens portugueses que estudavam em cursos profissionais, após o 9º ano. Hoje são uns 40% ou mais. Mas, no ano de 2013, há ainda responsáveis políticos que não sabem do que se trata, que desconhecem o que se fez e está a fazer, que lançam novos modelos e denominações de dinâmicas que existem há trinta anos (como a aprendizagem em alternância), que criam novas vias de qualificação profissional exibindo-as como propostas para os deserdados (fazendo o país retroceder culturalmente mais de trinta anos), e além de responsáveis políticos há dirigentes empresariais que ainda pensam que os jovens portugueses andam todos no liceu, que não há mais Portugal nem mais educação e formação.

As cidades 2020 têm de estar também muito mais atentas às disparidades que estão a cristalizar através do desenvolvimento da educação escolar: há uma parte do investimento em educação e formação que não está a dar bons resultados, porque uma franja significativa de portugueses continua arredada do acesso a percursos de qualidade, sobretudo os mais pobres. Este país a duas velocidades acabará sempre mal, na violência social.

A sociedade portuguesa tem de estar toda comprometida com a educação escolar, no combate permanente e gradual à pobreza e à exclusão social, precisamente porque esta pobreza e esta exclusão são sociais, muito antes e depois de serem escolares (e de nada adianta travesti-las de problemas escolares).

6. A sociedade portuguesa deve gerar cada vez mais compromissos locais concretos em prol de mais e melhor educação; definidos os parâmetros nacionais, o investimento tem de ser local, tem de implicar instituições e pessoas, tem de envolver famílias, atores culturais e agentes económicos, tem de ser um investimento político concreto e preciso, exigente, rigoroso e progressivo.

A educação escolar não precisa, hoje, e muitos dirigentes políticos ainda não o perceberam, de mais poder nacional, de mais intervenção normativa estatista, de mais controlo do centro, precisa é do contrário, porque disso já está cansada e, de tão cansada, está quase asfiziada: precisa de mais controlo local e sociocomunitário, de mais participação concreta e ativa dos atores sociais locais, de mais compromissos sociais locais, de muito mais solidariedade social, de mais qualidade localmente concebida, executada e avaliada.

Mas isto requer múltiplos centros de produção de novos tempos e modos de ocupação do espaço público democrático, requer solidariedade interinstitucional local, requer criatividade e ousadia.

Até onde queremos ir, numa geometria variável? Até onde é que os dirigentes políticos estão a ser capazes de ver o que mais falta faz socialmente à educação?

7. A sociedade portuguesa pode e deve dar mais cultura à educação, proporcionando novas oportunidades de fruição cultural para todos os estudantes, um ambiente cívico aberto e sedento da participação de públicos jovens.

Como muito bem evidenciam os resultados do PISA, da OCDE, é em cidades culturalmente capazes de oferecerem uma oferta cultural de qualidade e quantidade reconhecidas que se encontram as melhores escolas, com os melhores resultados escolares. Uma vida cultural local intensa potencia e catapulta os investimentos da educação escolar e estes, por sua vez ampliam e rasgam novos horizontes aos investimentos da educação escolar. Perceber isto é perceber o essencial, agindo em conformidade.

Ora, isto não se faz sem, por um lado, uma rede de instituições e eventos culturais que cada comunidade seja capaz de gerar e manter, devidamente certificadas, financiadas e avaliadas e, por outro, sem uma rede de instituições escolares inscritas nas suas comunidades, cooperantes e exigentes para com elas.

8. A cidade deve reclamar da educação o desenvolvimento da curiosidade, da capacidade de criticar e de criar, dando-lhe espaços e tempos públicos para a sua expressão e valorização social e permitindo assim a sua própria renovação como cidade em transformação.

Na verdade, de pouco adianta falarmos em cidades criativas e fomentadoras da economia criativa, se nelas não existe esta valorização social concreta das múltiplas possibilidades de criação e de criatividade, se isso não se nota nas nossas praças e ruas, nos lugares de encontro que criamos.

Oficinas de criatividade, laboratórios e fábricas de criação, redes que liguem estas dinâmicas criativas, “casas de aprendizagem e conhecimento” a conceber cooperativamente com novas oportunidades de aprendizagem permanente.

Concluindo: as cidades 2020, se estas quatro dádivas da educação escolar à sociedade se encontrarem com as quatro dádivas da sociedade à educação escolar, poderão ser como estes campos de milho do Minho, que atualmente crescem em verdura, luz e igualdade e dignidade, locais onde dá gosto passear o melhor de nós nestes dias de calor abrasador. Cidades 2020 assim requerem uma coisa muito simples e básica: água e bons sistemas de rega. Ou seja, de uma parte vontade e energia para refazer uma sociedade mais justa e com pessoas mais dignas, da outra professores, diretores de escolas e líderes políticos locais capazes de realizarem uma educação de qualidade para todos e para cada um.

As ditas “cidades inteligentes” não deverão ser as sociedades dominadas pelos modelos e poderes técnico-científicos, difíceis de entender e controlar, mas pelas *ocasiões de humanidade* que formos capazes de gerar e espalhar, elas sim, capazes de gerar seriamente mais vida, mais solidariedade e mais justiça.

Guimarães, Julho de 2013.